



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES  
St. de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 Lote 10, Lote 10 - Bairro Projeto Orla Polo, Brasília/DF, CEP 70200-003  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - http://antt.gov.br

## EDITAL N° 09/2019

Processo n° 50500.308370/2019-48

### PREGÃO - ELETRÔNICO N° 09/2019

**OBJETO:** Contratação de seguro total de automóveis, na modalidade frota, para 173 (cento e setenta e três) veículos pertencentes à AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT, com cobertura em todo o Território Nacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

#### Observações:

- Abertura da sessão pública dia **03/07/2019 – às 10:00 horas**
- Site para realização do pregão: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)
- Site para retirada do edital: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)
- Esclarecimentos: e-mail: [editais@antt.gov.br](mailto:editais@antt.gov.br) (**Até às 18:00 horas do dia 28/06/2019**)
- Impugnação: e-mail: [editais@antt.gov.br](mailto:editais@antt.gov.br) (**Até às 18:00 horas do dia 01/07/2019**)
- Referência de tempo: horário de Brasília

Torna-se público, que a Agência Nacional de Transportes Terrestres, por meio da Gerência de Licitações e Contratos, sediada no Setor de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Lote 10 - Projeto Orla, Pólo 8, Bloco A - 2° Andar - Brasília - DF - CEP 70.200-003, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço por grupo** sob forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n° 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto n° 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MPDG n° 05, de 26 de maio de 2017, e n° 03, de 26 de abril de 2018 e n° 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de seguro total de automóveis, na modalidade frota, para 173 (cento e setenta e três) veículos pertencentes à AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT, com cobertura em todo o Território Nacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em um único grupo.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

#### 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 39250/393001

Fonte: 0174039282

Programa de Trabalho: 092246

### **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira-ICP – Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público-OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8. instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017;

4.2.8.1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei nº 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017 – TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.3. Em conformidade com o art. 16, §3º, do Decreto nº 60.459/67, com redação dada pelo Decreto nº 93.871/1986, é vedada a interveniência de corretores ou intermediários, no ato da contratação ou enquanto vigorar o ajuste.

4.4. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão Contratante.

4.4.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).

4.5. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão Contratante.

4.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.6.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6.4. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

4.6.5. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.6. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DO ENVIO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.5.1. Valor global anual do grupo;

5.5.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo II deste Edital.

5.7.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros incertos, tais como os valores

providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.7.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da Contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG n.5/2017.

5.8. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

5.8.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

5.8.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

5.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou Contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

5.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.12. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.13. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.14. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário).

5.14.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa Contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor anual/total do grupo.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.9. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

6.9.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.13. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.14. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.15. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.17. Só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

6.22.1. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

6.22.1.1. prestados por empresas brasileiras;

6.22.1.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.1.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para

reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.23 Persistindo o empate entre propostas, será aplicado o sorteio como critério de desempate.

6.24 Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.25 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.26 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP nº 5/2017, que:

7.2.1. contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.2.2. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

7.2.3. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.2.3.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

a) for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

b) apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

7.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.4. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

7.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema estabelecendo no "chat" prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

7.6.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

7.6.4. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação.

7.6.5. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

7.6.5.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.

7.6.5.2. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

7.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

8.1.4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por ilícitos Administrativos – CADICON, mantidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

8.1.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.5.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.5.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante

inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. Não ocorrendo inabilitação, o Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts.10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

8.3. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.4. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

8.5. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e Trabalhista, bem como à Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante.

8.6. **Habilitação jurídica:**

8.6.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.6.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.6.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

8.6.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.7. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.7.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.7.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.7.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.7.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.7.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



8.7.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.7.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.8. Qualificação econômico-financeira:**

8.8.1. Certidão Negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.8.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.8.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.8.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

8.8.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

8.8.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10%(dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do grupo pertinente.

**8.9. Qualificação Técnica:**

8.9.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, relativamente ao grupo, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.9.2. comprovação de autorização de funcionamento e habilitação da seguradora perante a SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, na forma do art. 44 do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, em plena validade, bem como para atuar na modalidade objeto desta licitação;

8.9.3. comprovação de que a licitante/seguradora está regular no cumprimento das regras para as reservas técnicas, tanto na contabilização quanto na integralização dos ativos garantidores, tudo na forma da regulamentação expedida pela SUSEP;

8.9.4. comprovação de que a licitante/seguradora encontra-se regular com a Taxa de Fiscalização do Mercado Segurador.

8.9.5. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o grupo pertinente, por período não inferior a 03 (três) anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.9.5.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.9.5.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

8.9.5.3. Para a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.9.5.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.9.5.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.10. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail: editais@antt.gov.br.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.10.2. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10.4. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.10.5. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

9.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório;

9.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, vinculam a Contratada.

9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

9.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

## **10. DOS RECURSOS**

10.1. O Pregoeiro declarará o vencedor, e concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

13.1. Não será exigida a prestação de garantia na presente contratação.

## **14. DO TERMO DE CONTRATO**

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

14.3.2. a Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.3.3. a Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

14.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual.

14.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

14.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

## **15. DO REAJUSTE**

15.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

**16. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

16.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

**17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

**18. DO PAGAMENTO**

18.1. As regras acerca do pagamento à Contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Edital.

**19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 19.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 19.1.2. apresentar documentação falsa;
- 19.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 19.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.5. não manter a proposta;
- 19.1.6. cometer fraude fiscal;
- 19.1.7. comportar-se de modo inidôneo.

19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 19.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto a contratação;
- 19.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do item(ns) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 19.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 19.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
  - 19.3.4.1 A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Edital.
- 19.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos

administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

20.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail editais@antt.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Setor de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Lote 10 - Projeto Orla, Pólo 8, Bloco A - 2º Andar - Gerência de Licitações e Contratos - Brasília - DF.

20.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado neste Edital.

20.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

21.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

21.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

21.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da

Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço SCES – Trecho 03– Lote 10 – Projeto Orla - Polo 08 – Bloco “A” – 2º Andar – Gerência de Licitações e Contratos, Brasília-DF, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Planilha de Custos e Formação de Preços;

ANEXO III Regulamento para aplicação da penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a União no Âmbito da ANTT;

ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato;



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ELIAS BASTOS DOS SANTOS, Pregoeiro(a)**, em 19/06/2019, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.antt.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 0576827 e o código CRC 8061FF54.

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2019

### ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de seguro total de automóveis, na modalidade frota, para 173 (cento e setenta e três) veículos pertencentes à AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT, com cobertura em todo o Território Nacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATMAT	QUANT	UND	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL R\$
1	Contratação de seguro total de automóveis, na modalidade frota, para 173 (cento e setenta e três) veículos pertencentes à AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT, com cobertura em todo o Território Nacional.	22764	01	serviço	224.609,36

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por este Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará o regime de execução Empreitada por Preço Global.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses e por ser um contrato de direito privado, não se aplica a limitação do prazo a 60 (sessenta) meses podendo ser prorrogado por interesse das partes indeterminadamente.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de seguro total de automóveis, na modalidade frota, para 173 (cento e setenta e três) veículos pertencentes à AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT, com cobertura em todo o Território Nacional.

## **4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. O seguro deverá ter garantia, no mínimo, para as seguintes coberturas: colisão (avaria), capotagem, queda acidental, incêndio, roubo, furto, raio, explosão, enchente, alagamento; Responsabilidade Civil Facultativa - RCF, Acidentes Pessoais de Passageiros - APP, assistência 24 (vinte e quatro) horas (reboque tipo prancha, assistência mecânica, chaveiro e vidraceiro) com quilometragem livre e disponibilização de táxi, pago pela seguradora, em todo o Território Nacional.

5.1.2. A modalidade de cobertura será do tipo abrangente, com Valor de Mercado Referenciado - 100% (cem por cento) da Tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

5.1.3. A franquia deverá ser reduzida.

5.1.3.1. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmios).

5.1.4. Capitais Segurados (valores de cobertura não poderão ser alterados)

5.1.4.1. Casco – Valor Referenciado de Mercado, 100% (cem por cento) da Tabela FIPE;

5.1.4.2. APP - Acidentes Pessoais por Passageiro:

5.1.4.2.1 Morte Acidental - R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por passageiro.

5.1.4.2.2 Invalidez Permanente - R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por passageiro.

5.1.4.3. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa:

5.1.4.3.1 Danos Materiais - R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

5.1.4.3.2 Danos Corporais - R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

5.1.4.3.3 Danos Morais - R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).



5.1.5. Será caracterizada indenização integral quando o valor para o conserto de um veículo segurado, após um sinistro, alcançar 75% (setenta e cinco por cento) do seu valor referenciado de mercado (tabela FIPE).

5.1.6. Não deverá ser considerado o perfil do motorista, por se tratar de seguro de frota.

5.1.7. Não há previsão de quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota da ANTT no período de vigência do seguro.

5.1.8. Em caso de roubo, furto ou perda total, a Seguradora (Licitante Vencedora) deverá repor o veículo sinistrado por outro do mesmo valor e características, ou pagar indenização de 100 % da tabela Fipe vigente na data do sinistro, a critério da ANTT, no prazo de até 30 (trinta) dias da entrega de toda documentação básica exigida pela Seguradora, conforme orientação da SUSEP (Superintendência de Seguros Básicos).

5.2. Será exigida do licitante vencedor a Declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessária para a prestação do serviço objeto deste Termo de Referência.

5.3. Caso se tenha interesse em renovar o contrato advindo da licitação proposta, deverá a contratada fornecer o desconto da classe de bônus de cada veículo.

## **6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.**

6.1. É facultada a vistoria dos veículos pertencentes à frota da ANTT nos diversos endereços da Sede e das Unidades Regionais da ANTT.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1. A execução dos serviços será iniciada em 21 de julho de 2019;

7.2. A gestão do contrato será feita pelos fiscais devidamente nomeados para tal, que se comunicarão com a contratada por meio de preposto;

7.3. A comunicação entre os fiscais da contratação e o preposto da Contratada deverá ser feita preferencialmente por e-mail corporativo;

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO.**

8.1. A Contratada deverá prestar os serviços em observância às normas da Superintendência de Seguros Privados e demais normas e legislações em vigor e prestar o serviço 24 (vinte e quatro) horas por dia, conforme disposto neste Termo de Referência.

## **9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

9.1. Devido às características do objeto, não será exigida a disponibilização de materiais.

## **10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características da frota:

ITEM	LOCALIDADE	VEÍCULO/MARCA/MODELO	PLACA	CHASSI	ANO/MODELO	COR	COMBUSTÍVEL
1	SEDE	GM S-10 Cabine Dupla 2.4 mpfi	KTA-4862	9BG138AX04C408881	2003/2004	Branca	Gasolina
2	SEDE	GM Blazer 4x2 Advantage	JFO-8008	9BG116GX07C409212	2007/2007	Branca	Gasolina
3	SEDE	GM Blazer 4x2 Advantage	JFO-8018	9BG116GX07C409099	2007/2007	Branca	Gasolina
4	SEDE	GM Blazer 4x2 Advantage	JFO-8028	9BG116GX07C409163	2007/2007	Branca	Gasolina
5	SEDE	PEUGEOT Boxer F350MH	IPR-6932	936ZCPMNB92038014	2008/2009	Branca	Diesel
6	SEDE	FIAT Strada Fire	IMJ-7806	9BDZ7801052457162	2005/2005	Branca	Gasolina
7	SEDE	VW Santana 1.8 MI N.Série 4P	JGF-6156	9BWAC03X649001497	2003/2004	Preta	Álcool
8	SEDE	GM D-20 CUSTON L	AGX-6612	9BG244RNLKC004998	1989/1989	Bege	Diesel
9	SEDE	VW Saveiro 1.6	ALH-9529	9BWEB05XX44001666	2003/2004	Preta	Gasolina
10	SEDE	FIAT Palio Weekend Locker	JGL-4161	9BD17309T94267069	2009/2009	Branca	Flex
11	SEDE	FIAT Palio Weekend Locker	JGL-4171	9BD17309T94267062	2009/2009	Branca	Flex

12	SEDE	FIAT Palio Weekend Locker	JGL-4181	9BD17309T94267071	2009/2009	Branca	Flex
13	SEDE	FIAT Siena Hlx1.8 Dual Flex 4p	JHG-6972	9BD17241TA3549939	2009/2010	Preta	Flex
14	SEDE	FIAT Siena Hlx1.8 Dual Flex 4p	JHG-6962	9BD17241TA3549772	2009/2010	Preta	Flex
15	SEDE	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3686	3N1BB7AD6FY207023	2015/2015	Branca	Flex
16	SEDE	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3689	3N1BB7AD8FY206763	2015/2015	Branca	Flex
17	SEDE	MITSUBISHI L200 Triton HLS	PAF-3476	93XFNKA5TFCF10891	2015/2015	Branca	Flex
18	SEDE	NISSAN March 1.0 S	PAF-3416	94DFFJK13FB101333	2015/2015	Branca	Flex
19	SEDE	GM Astra Sedan Advantage 2.0	JJE-0587	9BGTR69W07B191619	2006/2007	Preta	Flex
20	SEDE	GM Astra Sedan Advantage 2.0	JJE-0597	9BGTR69W07B194334	2006/2007	Preta	Flex
21	SEDE	GM Astra Sedan 1.8	JFP-3684	9BGTT69V02B133832	2002/2002	Preta	Álcool
22	SEDE	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-6110	9BG148TA0JC446567	2018/2018	Branca	Flex
23	SEDE	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-6111	9BG148TA0JC446846	2018/2018	Branca	Flex
24	SEDE	FIAT Palio Weekend ELX 1.4 4 P	INI-8521	9BD17301A74189310	2006/2007	Branca	Álcool
25	URBA	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3690	3N1BB7AD7FY206852	2015/2015	Branca	Flex
26	URBA	FIAT Siena Hlx 1.8	JSY-5301	9BD17241TA3545739	2009/2010	Preta	Flex
27	URBA	GM Blazer Colina 2.4	NTF-3410	9BG116HFOAC429779	2009/2010	Branca	Flex
28	URBA	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	NTF-5583	9BG116JJOAC434631	2009/2010	Branca	Diesel
29	URBA	FIAT Palio Week.Trek.1.8	NTL-7116	9BD17350TA4315389	2009/2010	Branca	Flex
30	URBA	FIAT Palio Week.Trek.1.8	NTL-2850	9BD17350TA4316295	2009/2010	Branca	Flex
31	URBA	FIAT Palio Week.Trek.1.8	NTL-6584	9BD17350TA4316298	2009/2010	Branca	Flex
32	URBA	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-3661	93YADCUL6BJ521835	2010/2011	Branca	Diesel
33	URBA	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-6112	9BG148TA0JC446894	2018/2018	Branca	Flex
34	URCE	SCÂNIA K112 33S	BRN-3512	9BSKC4X2B03453719	1985/1985	Prata	Diesel
35	URCE	FIAT Siena HLX 1.8	NUO-4991	9BD17241TA3545930	2009/2010	Preta	Flex
36	URCE	GM Blazer Colina 2.4	NUQ-1931	9BG116HFOAC429606	2009/2010	Branca	Flex
37	URCE	GM Blazer Colina 2.4	NUQ-2671	9BG116HFOAC429874	2009/2010	Branca	Flex
38	URCE	GM Blazer Colina 2.4	NUQ-2331	9BG116HFOAC429086	2009/2010	Branca	Flex
39	URCE	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	NUQ-2221	9BG116JJOAC413960	2009/2010	Branca	Diesel
40	URCE	Nissan Frontier 4X4 SE	LWC-9529	94DCMUD224J529200	2004/2004	Branca	Diesel
41	URCE	FIAT Palio Weekend ELX 1.4 4 P	DJP-1867	9BD17301A74189410	2006/2007	Branca	Álcool
42	URCE	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8500	9BG148TA0JC403775	2018/2018	Branca	Flex
43	URMA	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3481	3N1BB7AD9FY206772	2015/2015	Branca	Flex
44	URMA	FIAT Siena HLX 1.8	NMY-6563	9BD17241TA3545726	2009/2010	Preta	Flex
			NMP-				

45	URMA	GM Blazer 2.8 Colina	5351	9BG116JJ09C437524	2008/2009	Branca	Diesel
46	URMA	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	NMZ-2732	9BG116JJOAC414609	2009/2010	Branca	Diesel
47	URMA	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	NNA-5615	9BG116JJOAC439141	2009/2010	Branca	Diesel
48	URMA	GM Blazer Colina 2.4	NMZ-1986	9BG116HFOAC428661	2009/2010	Branca	Flex
49	URMA	FIAT Palio Week.Trek.1.8	NNB-8366	9BD17350TA4316310	2009/2010	Branca	Flex
50	URMA	FIAT Palio Week.Trek.1.8	NNC-0621	9BD17350TA4316322	2009/2010	Branca	Flex
51	URMA	FIAT Palio Week.Trek.1.8	NNB-8336	9BD17350TA4315378	2009/2010	Branca	Flex
52	URMA	SCÂNIA K112 CL	CGR-0411	9BSKC4X2BH3455944	1987/1987	Azul	Diesel
53	URMA	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8501	9BG148TA0JC402276	2018/2018	Branca	Flex
54	URMA	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-8721	93YADCUL6BJ521972	2010/2011	Branca	Diesel
55	URMG	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3692	3N1BB7AD6FY206888	2015/2015	Branca	Flex
56	URMG	NISSAN Frontier 4X4 XE	JGH-5851	94DCMUD225J631056	2005/2005	Branca	Diesel
57	URMG	VW Parati 1.6 MI City 4 P	HBS-1799	9BWDB05X447056129	2003/2004	Branca	Flex
58	URMG	FIAT Palio Weekend ELX 1.4 4 P	GMF-4925	9BD17301A74189311	2006/2007	Branca	Flex
59	URMG	GM Blazer 4x2 Advantage	GMF-5003	9BG116GX07C409180	2006/2007	Branca	Gasolina
60	URMG	GM Blazer 2.8 Colina	HKO-7650	9BG116JJ09C437315	2009/2009	Branca	Diesel
61	URMG	GM Blazer 2.8 Colina	HKO-7490	9BG116JJ09C437158	2009/2009	Branca	Diesel
62	URMG	GM Blazer Colina 2.4	GMF-6236	9BG116HFOAC429763	2009/2010	Branca	Flex
63	URMG	GM Blazer Colina 2.4	GMF-6238	9BG116HFOAC429165	2009/2010	Branca	Flex
64	URMG	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	GMF-6237	9BG116JJOAC414346	2009/2010	Branca	Diesel
65	URMG	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	GMF-6261	9BG116JJOAC438994	2009/2010	Branca	Diesel
66	URMG	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	GMF-6265	9BG116JJOAC439281	2009/2010	Branca	Diesel
67	URMG	FIAT Palio Week.Trek.1.8	GMF-6350	9BD17350TA4316741	2010/2010	Branca	Flex
68	URMG	FIAT Palio Week.Trek.1.8	GMF-6343	9BD17350TA4316324	2010/2010	Branca	Flex
69	URMG	FIAT Palio Week.Trek.1.8	GMF-6344	9BD17350TA4316288	2010/2010	Branca	Flex
70	URMG	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-8731	93YADCUL6BJ522743	2010/2011	Branca	Diesel
71	URMG	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8493	9BG148TA0JC401652	2018/2018	Branca	Flex
72	URMG	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8494	9BG148TA0JC402239	2018/2018	Branca	Flex
73	URMG	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8502	9BG148TA0JC403092	2018/2018	Branca	Flex
74	URPE	GM Astra Sedan Advantage 2.0	JJE-0697	9BGTR69W07B194310	2006/2007	Preta	Flex
75	URPE	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3691	3N1BB7AD7FY206804	2015/2015	Branca	Flex
76	URPE	FIAT Palio Weekend ELX 1.4 4 P	JKH-8443	9BD17301A74189327	2006/2007	Branca	Álcool
77	URPE	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	NUQ-4161	9BG116JJOAC413988	2009/2010	Branca	Diesel
			NOO-				

78	URPE	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	KYK-0224	9BG116JJ09C437534	2008/2009	Branca	Diesel
79	URPE	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8503	9BG148TA0JC402102	2018/2018	Branca	Flex
80	URRJ	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3482	3N1BB7AD0FY207180	2015/2015	Branca	Flex
81	URRJ	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3688	3N1BB7AD8FY206844	2015/2015	Branca	Flex
82	URRJ	MITSUBISHI L200 Triton HLS	PAF-3474	93XFNKA5TFCF10876	2015/2015	Branca	Flex
83	URRJ	RENAULT Mégane Expression 2.0	JHN-8073	93YLM2N169J168531	2009/2009	Preta	Gasolina
84	URRJ	FIAT Siena HLX 1.8	LLA-7128	9BD17241TA3546083	2009/2010	Preta	Flex
85	URRJ	VW Parati 1.6 MI GIII 4 P	LQH-0142	9BWDB05X34T055960	2003/2004	Branca	Álcool
86	URRJ	VW Santana 1.8 MI N.Série 4P	LQJ-0214	9BWQC03X24P002128	2003/2004	Preta	Álcool
87	URRJ	VW Parati 1.6 MI GIII 4 P	LOX-9391	9BWDB05XX4T056202	2003/2004	Branca	Álcool
88	URRJ	VW Parati 1.6 MI GIII 4 P	LRK-0122	9BWDB05X84T056084	2003/2004	Branca	Álcool
89	URRJ	GM Blazer Colina 2.4	KYJ-4591	9BG116HFOAC429149	2009/2010	Branca	Flex
90	URRJ	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	KYK-4804	9BG116JJOAC434736	2009/2010	Branca	Diesel
91	URRJ	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	KYJ-4590	9BG116JJOAC434715	2009/2010	Branca	Diesel
92	URRJ	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	KZP-3680	9BG116JJOAC439333	2009/2010	Branca	Diesel
93	URRJ	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	KVF-5954	9BG116JJOAC439219	2009/2010	Branca	Diesel
94	URRJ	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	GMF-6264	9BG116JJOAC439461	2009/2010	Branca	Diesel
95	URRJ	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-8711	93YADCUL6BJ522793	2010/2011	Branca	Diesel
96	URRJ	FIAT Palio Weekend ELX 1.3 4 P	HCO-9055	9BD17301B54136107	2005/2005	Branca	Flex
97	URRJ	FIAT Palio Week.Trek.1.8	KWY-2880	9BD17350TA4312682	2009/2010	Branca	Flex
98	URRJ	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8490	9BG148TA0JC401905	2018/2018	Branca	Flex
99	URRJ	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8491	9BG148TA0JC402728	2018/2018	Branca	Flex
100	URRJ	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8492	9BG148TA0JC402700	2018/2018	Branca	Flex
101	URRS	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3693	3N1BB7AD5FY206915	2015/2015	Branca	Flex
102	URRS	MITSUBISHI L200 Triton HLS	PAF-3478	93XFNKA5TFCF10869	2015/2015	Branca	Flex
103	URRS	FIAT Siena HLX 1.8	IQN-0996	9BD17241TA3545734	2009/2010	Preta	Flex
104	URRS	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-3681	93YADCUL6BJ522768	2010/2011	Branca	Diesel
105	URRS	GM Blazer Colina 2.4	IQO-0188	9BG116JJOAC429291	2009/2010	Branca	Flex
106	URRS	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	IQO-0135	9BG116JJOAC437397	2009/2010	Branca	Diesel
107	URRS	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	IQO-0192	9BG116JJOAC436863	2009/2010	Branca	Diesel
108	URRS	FIAT Palio Week.Trek.1.8	IQT-8982	9BD17350TA4315381	2009/2010	Branca	Flex
109	URRS	PEUGEOT 207 Passion XS	AVY-1056	9362NN6AYDB013765	2012/2013	Prata	Flex
110	URRS	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8497	9BG148TA0JC404470	2018/2018	Branca	Flex
111	URRS	Cabine Dupla 2.5	PBJ-	9BG148TA0JC403612	2018/2018	Branca	Flex

111	URRS	Advantage Flex	8498	9BG148TA0JC449345	2018/2018	Branca	Flex
112	URRS	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-1639	9BG148TA0JC449345	2018/2018	Branca	Flex
113	URSC	FIAT Palio Weekend ELX 1.3 4 P	IMJ-8553	9BD17301B54136191	2005/2005	Branca	Álcool
114	URSC	FIAT Palio Weekend ELX 1.4 4 P	INI-8457	9BD17301A74189278	2006/2007	Branca	Álcool
115	URSC	GM Blazer 2.8 Colina	IPS-3294	9BG116JJ09C437118	2008/2009	Branca	Diesel
116	URSC	GM Blazer Colina 2.4	IQO-0178	9BG116JJOAC429181	2009/2010	Branca	Flex
117	URSC	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	IQO-0151	9BG116JJOAC438377	2009/2010	Branca	Diesel
118	URSC	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	IQO-0166	9BG116JJOAC439296	2009/2010	Branca	Diesel
119	URSC	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	IQO-0172	9BG116JJOAC438359	2009/2010	Branca	Diesel
120	URSC	FIAT Palio Week.Trek.1.8	IQT-8970	9BD17350TA4315375	2009/2010	Branca	Flex
121	URSC	FIAT Palio Week.Trek.1.8	IQT-8978	9BD17350TA4316284	2009/2010	Branca	Flex
122	URSC	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-2881	93YADCUL6BJ522842	2010/2011	Branca	Diesel
123	URSC	CHRYSLER Grand Cherokee Limited	MLF-2528	1J4GS48KX5C619209	2005/2005	Prata	Gasolina
124	URSC	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8495	9BG148TA0JC402336	2018/2018	Branca	Flex
125	URSC	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8496	9BG148TA0JC401790	2018/2018	Branca	Flex
126	URSC	FIAT Palio Week.Trek.1.8	IQT-8973	9BD17350TA4315391	2009/2010	Branca	Flex
127	URSC	FIAT Palio Week.Trek.1.8	IQT-8979	9BD17350TA4315379	2009/2010	Branca	Flex
128	URSC	FIAT Palio Week.Trek.1.8	IQT-8980	9BD17350TA4317304	2009/2010	Branca	Flex
129	URSC	FIAT Palio Week.Trek.1.8	IQT-8981	9BD17350TA4315376	2009/2010	Branca	Flex
130	URSP	GM Blazer 4x2 Advantage	NMZ-4795	9BG116HF0AC429449	2009/2010	Branca	Flex
131	URSP	FIAT Palio Weekend ELX 1.4 4 P	INI-8451	9BD17301A74189345	2006/2007	Branca	Álcool
132	URSP	FIAT Palio Weekend ELX 1.4 4 P	INI-8465	9BD17301A74189350	2006/2007	Branca	Álcool
133	URSP	GM Blazer 4x2 Advantage	INN-2286	9BG116GX07C408937	2006/2007	Branca	Gasolina
134	URSP	FIAT Palio Week.Trek.1.8	IQT-8969	9BD17350TA4315373	2009/2010	Branca	Flex
135	URSP	FIAT Palio Week.Trek.1.8	IQT-8974	9BD17350TA4315388	2009/2010	Branca	Flex
136	URSP	FIAT Palio Week.Trek.1.8	IQT-8976	9BD17350TA4316285	2009/2010	Branca	Flex
137	URSP	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3687	3N1BB7ADXFY206750	2015	Branca	Flex
138	URSP	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3694	3N1BB7AD2FY206838	2015	Branca	Flex
139	URSP	MITSUBISHI L200 Triton HLS	PAF-3475	93XFNKA5TFCF10884	2015	Branca	Flex
140	URSP	FIAT Siena HLX 1.8	EEF-3912	9BD17241TA3545673	2009/2010	Preta	Flex
141	URSP	FIAT Palio Weekend ELX 1.4 4 P	DJP-1864	9BD17301A74189413	2006/2007	Branca	Álcool
142	URSP	FIAT Palio Weekend ELX 1.4 4 P	DJP-1865	9BD17301A74189304	2006/2007	Branca	Álcool
143	URSP	FIAT Palio Weekend ELX 1.4 4 P	DJP-1866	9BD17301A74189353	2006/2007	Branca	Álcool
144	URSP	FIAT Palio Weekend ELX	JFQ-	9BD17301B54131904	2005/2005	Branca	Flex

145	URSP	Flex	5305	9BD17350TA4315354	2006/2006	Preta	Gasolina
146	URSP	FIAT Marea ELX	JKH-8241	9BD18523467068909	2006/2006	Preta	Gasolina
147	URSP	GM Blazer 4x2 Advantage	DJP-4734	9BG116GX07C408841	2006/2007	Branca	Gasolina
148	URSP	GM Blazer 2.8 Colina	EEF-2304	9BG116JJ09C436943	2008/2009	Branca	Diesel
149	URSP	GM Blazer 2.8 Colina	EEF-2305	9BG116JJ09C436774	2008/2009	Branca	Diesel
150	URSP	GM S-10 2.4 D	DMB-7299	9BG138AX04C409402	2003/2004	Branca	Gasolina
151	URSP	GM Blazer Colina 2.4	DJL-1600	9BG116HFOAC429055	2009/2010	Branca	Flex
152	URSP	GM Blazer Colina 2.4	DJL-1595	9BG116HFOAC429889	2009/2010	Branca	Flex
153	URSP	GM Blazer Colina 2.4	DJL-1596	9BG116HFOAC429401	2009/2010	Branca	Flex
154	URSP	GM Blazer Colina 2.4	DJL-1599	9BG116HFOAC429307	2009/2010	Branca	Flex
155	URSP	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	DJL-1601	9BG116JJOAC435436	2009/2010	Branca	Diesel
156	URSP	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	DJL-1598	9BG116JJOAC436087	2009/2010	Branca	Diesel
157	URSP	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	DJL-1597	9BG116JJOAC437355	2009/2010	Branca	Diesel
158	URSP	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	DJL-1594	9BG116JJOAC437028	2009/2010	Branca	Diesel
159	URSP	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	DJL-1603	9BG116JJOAC436986	2009/2010	Branca	Diesel
160	URSP	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	DJL-1602	9BG116JJOAC437253	2009/2010	Branca	Diesel
161	URSP	FIAT Palio Week.Trek.1.8	DMN-1138	93XHNK3406C643134	2006/2006	Preta	Diesel
162	URSP	FIAT Palio Week.Trek.1.8	DJL-4347	9BD17350TA4315354	2009/2010	Branca	Flex
163	URSP	FIAT Palio Week.Trek.1.8	DJL-4339	9BD17350TA4315355	2009/2010	Branca	Flex
164	URSP	FIAT Palio Week.Trek.1.8	DJL-4342	9BD17350TA4315357	2009/2010	Branca	Flex
165	URSP	FIAT Palio Week.Trek.1.8	DJL-4349	9BD17350TA4315358	2009/2010	Branca	Flex
166	URSP	FIAT Palio Week.Trek.1.8	DJL-4344	9BD17350TA4315360	2009/2010	Branca	Flex
167	URSP	FIAT Palio Week.Trek.1.8	DJL-4348	9BD17350TA4315366	2009/2010	Branca	Flex
168	URSP	FIAT Palio Week.Trek.1.8	DJL-4341	9BD17350TA4315372	2009/2010	Branca	Flex
169	URSP	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-8001	93YADCUL6BJ521892	2010/2011	Branca	Diesel
170	URSP	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-8011	93YADCUL6BJ521866	2010/2011	Branca	Diesel
171	URSP	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-6113	9BG148TA0JC448232	2018/2018	Branca	Flex
172	URSP	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-6114	9BG148TA0JC448332	2018/2018	Branca	Flex
173	URSP	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-6115	9BG148TA0JC449023	2018/2018	Branca	Flex
174	URSP	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8499	9BG148TA0JC404003	2018/2018	Branca	Flex

10.2. Todos os veículos especificados na Tabela acima estão em boas condições de uso e em atividade nas Unidades Regionais a que se encontram vinculadas.

10.3. Endereços da Sede e Unidades Regionais da ANTT aos quais os veículos da frota estão vinculados:

**SEDE em BRASÍLIA DF**

End: Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, trecho 03, lote 10, Projeto Orla Polo 8

CEP: 70200-003 - Brasília DF

Tel: (61) 3410-1000

CNPJ: 04.898.488/0001-77

**UNIDADE REGIONAL DO RIO DE JANEIRO - URRJ**

End: Av. Marechal Câmara 160 - 11º andar - Ed. Le Bourget

CEP: 20020-080 - Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 3504-4700

Fax: (21) 3504-4709

CNPJ: 04.898.488/0005-09

**UNIDADE REGIONAL DE MINAS GERAIS - URMG**

End: Rua Jaceguai nº 208 5º Andar - Bairro Prado

CEP: 30411-040 - Belo Horizonte - MG

Tel: (31) 3303-1300

Fax: (31) 3303-1313

CNPJ: 04.898.488/0003-39

**UNIDADE REGIONAL DE SÃO PAULO - URSP**

End: Av. Paulista, 37 - Ed. Parque Cultural Paulista - 8º andar

CEP: 01311-902 - São Paulo SP

Tel: (11) 3556-4700

Fax: (11) 3556-4700

CNPJ: 04.898.488/0004-10

**UNIDADE REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL - URRS**

End: Ave. Ipiranga, nº 2897 -Bairro Santana

CEP: 90610-001 - Porto Alegre RS

Tel: Recepção - (51) 3375-4700 - RNTRC - (51) 3375-4707

Fax: (51) 3375-4747

CNPJ: 04.898.488/0002-58

**UNIDADE REGIONAL DO CEARÁ - URCE**

End: Avenida Luciano Carneiro, 2255 - Pavimento Térreo - Vila União

CEP: 60410-691 - Fortaleza - CE

Tel: (85) 3388-8100

Fax: (85) 3388-8100

CNPJ: 04.898.488/0006-81

**UNIDADE REGIONAL DO MARANHÃO - URMA**

End: Rua 09, número 10 - Bairro Vinhais

CEP: 65.071-110 - São Luiz - MA

Tel: (98) 3311 1200

Fax: (98) 33111212

CNPJ: 04.898.488/0007-62

**UNIDADE REGIONAL DA BAHIA - URBA**

**End:** Av. Tancredo Neves, 1632 - Ed. Salvador Trade Center - Torre Norte, Salas 611 a 617 - Caminho das Árvores - Salvador - BA

**Cep:** 41.820 - 020

**Tels:** (71) 3311-0300 / 3311-0301

**CNPJ:** 04.898.488/0008-43

**UNIDADE REGIONAL DE PERNAMBUCO - URPE**

**End:** Av. Eng. Domingos Ferreira, nº 467, Empresarial Moura Dubeux, 11º andar, Pina - Recife - PE

**Cep:** 51.011-051

**Tel:** (81) 3464-7200

**CNPJ:** 04.898.488/0009-24

**UNIDADE REGIONAL DE SANTA CATARINA - URSC**

**End:** Rod. BR 101 Km 204, Térreo Marginal Norte, Barreiros, São José - SC

**Cep:** 88.117-500

**Tel:** (48) 3281-4500

**CNPJ:** 04.898.488/0010-68

**11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas no atendimento de sinistros;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem



executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência;

12.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.9. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.15. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.16. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017.

12.16.1. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.17. Emitir a apólice de seguro, de acordo com as normas estabelecidas pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, e entregá-la à ANTT no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da assinatura do Contrato ou do recebimento da Nota de Empenho;

12.18. Emitir documento especificando os dados do seguro e os bens segurados, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), franquias e indenizações;

12.19. Assegurar à ANTT a livre escolha das concessionárias autorizadas, nos termos do artigo 14 da Circular SUSEP nº 269/04, para execução dos reparos e/ou reposição de peças, as quais deverão ser novas e originais;

12.20. Segurar, contra prejuízos devidamente comprovados, as coberturas discriminadas neste

termo de referência, até o limite das respectivas importâncias seguradas, independentemente da localização da ocorrência do sinistro, valendo a cobertura para qualquer parte do território nacional;

12.21. Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da comunicação oficial da ANTT;

12.22. Atender aos chamados da ANTT imediatamente após a comunicação do sinistro;

12.23. Indenizar o veículo em caso de incêndio, queda de raio, explosão ou perda integral;

12.24. Liberar a ANTT da franquia, conforme disposto no art. 6º da Circular SUSEP nº 269/04, nos casos de:

12.24.1. perda total do veículo por roubo, furto, ou danos materiais;

12.24.2. prejuízos causados ao veículo, por incêndio, explosão, raio e suas consequências.

12.25. Assegurar cobertura de vidros, faróis, retrovisores e lanternas, sem franquia. Disponibilizar serviços de chaveiro e de borracharia para toda a frota, inclusive ônibus;

12.26. Repor o veículo por outro do mesmo valor e características ou pagar indenização no valor de 100 % da Tabela FIPE vigente na data do sinistro, a critério da ANTT, em caso de roubo/furto ou perda total, no prazo de até 30 (trinta) dias da entrega de toda a documentação básica (Circular SUSEP nº 256/04, art. 33, parágrafo 1º);

12.26.1. Em caso de extinção da Tabela FIPE, será adotada a Tabela Molicar publicada na revista "Quatro Rodas", ou outra similar de grande aceitação no mercado.

12.27. Fornecer serviço de guincho para o veículo segurado quando, por ocorrência de sinistro ou problemas mecânicos, ficar impossibilitado de rodar, transportando-o até a oficina indicada pela ANTT ou credenciada pela Contratada, em todo o Território Nacional;

12.28. Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas aos veículos cobertos pelo seguro em todo o Território Nacional;

12.29. Cobrir os danos materiais e pessoais, quando do sinistro com os veículos, nos valores indicados no subitem 5.1.4 deste Termo de Referência;

12.30. Fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro de automóvel;

12.31. Providenciar as alterações na apólice, solicitadas pela ANTT, mediante endosso, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação da ANTT.

### **13. DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.17. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.17.1. exigir o cumprimento de todas as coberturas e condições de prestação dos serviços propostos;

15.17.2. examinar todos os documentos relativos ao objeto licitado, além de outras atribuições determinadas pela ANTT.

15.18. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima.

16.3.1. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.1.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.1.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.1.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

## **17. DO PAGAMENTO**

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.1.2. O pagamento deverá ser feito em uma única vez no valor total da contratação.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

- 17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 17.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 17.4.5. o valor a pagar; e
- 17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 17.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

- 17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	( 6 / 100 )	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. Devido às características peculiares da contratação e por se tratar de um contrato de direito privado, não será exigida garantia da execução.

## 20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5. cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. Multa de:

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Termo de Referência.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
4	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
5	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
6	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos	01

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstas no Edital;

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1. Valor Global: R\$ 224.609,36 (duzentos e vinte e quatro mil seiscentos e nove reais trinta e seis centavos).

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## **22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

22.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo (subitem 21.4.1).

22.2. Tal valor foi obtido a partir de a partir de pesquisa executada em consonância com o recomendado pelo art. 2º da Instrução Normativa SLTI nº 05, de 27 de junho de 2014, alterada pela IN nº 03, de 20 de abril de 2017.

## **23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**



23.1. A dotação orçamentária da contratação, é a que está anexada ao processo pela área competente.

**ANEXO II**  
**PLANILHA DE PREÇOS**

ITEM	LOCALIDADE	VEÍCULO/MARCA/MODELO	PLACA	CHASSI	ANO/MODELO	COR	COMBUSTÍVEL	Valor do Prêmio R\$
1	SEDE	GM S-10 Cabine Dupla 2.4 mpfi	KTA-4862	9BG138AX04C408881	2003/2004	Branca	Gasolina	
2	SEDE	GM Blazer 4x2 Advantage	JFO-8008	9BG116GX07C409212	2007/2007	Branca	Gasolina	
3	SEDE	GM Blazer 4x2 Advantage	JFO-8018	9BG116GX07C409099	2007/2007	Branca	Gasolina	
4	SEDE	GM Blazer 4x2 Advantage	JFO-8028	9BG116GX07C409163	2007/2007	Branca	Gasolina	
5	SEDE	PEUGEOT Boxer F350MH	IPR-6932	936ZCPMNB92038014	2008/2009	Branca	Diesel	
6	SEDE	FIAT Strada Fire	IMJ-7806	9BDZ7801052457162	2005/2005	Branca	Gasolina	
7	SEDE	VW Santana 1.8 MI N.Série 4P	JGF-6156	9BWAC03X649001497	2003/2004	Preta	Álcool	
8	SEDE	GM D-20 CUSTON L	AGX-6612	9BG244RNLKC004998	1989/1989	Bege	Diesel	
9	SEDE	VW Saveiro 1.6	ALH-9529	9BWEB05XX44001666	2003/2004	Preta	Gasolina	
10	SEDE	FIAT Palio Weekend Locker	JGL-4161	9BD17309T94267069	2009/2009	Branca	Flex	
11	SEDE	FIAT Palio Weekend Locker	JGL-4171	9BD17309T94267062	2009/2009	Branca	Flex	
12	SEDE	FIAT Palio Weekend Locker	JGL-4181	9BD17309T94267071	2009/2009	Branca	Flex	
13	SEDE	FIAT Siena Hlx1.8 Dual Flex 4p	JHG-6972	9BD17241TA3549939	2009/2010	Preta	Flex	
14	SEDE	FIAT Siena Hlx1.8 Dual Flex 4p	JHG-6962	9BD17241TA3549772	2009/2010	Preta	Flex	
15	SEDE	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3686	3N1BB7AD6FY207023	2015/2015	Branca	Flex	
16	SEDE	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3689	3N1BB7AD8FY206763	2015/2015	Branca	Flex	
17	SEDE	MITSUBISHI L200 Triton HLS	PAF-3476	93XFNKA5TFCF10891	2015/2015	Branca	Flex	
18	SEDE	NISSAN March 1.0 S	PAF-3416	94DFFJK13FB101333	2015/2015	Branca	Flex	
19	SEDE	GM Astra Sedan Advantage 2.0	JJE-0587	9BGTR69W07B191619	2006/2007	Preta	Flex	
20	SEDE	GM Astra Sedan Advantage 2.0	JJE-0597	9BGTR69W07B194334	2006/2007	Preta	Flex	
21	SEDE	GM Astra Sedan 1.8	JFP-3684	9BGTT69V02B133832	2002/2002	Preta	Álcool	
22	SEDE	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-6110	9BG148TA0JC446567	2018/2018	Branca	Flex	
23	SEDE	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-6111	9BG148TA0JC446846	2018/2018	Branca	Flex	
24	SEDE	FIAT Palio Weekend ELX 1.4 4 P	INI-8521	9BD17301A74189310	2006/2007	Branca	Álcool	
25	URBA	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3690	3N1BB7AD7FY206852	2015/2015	Branca	Flex	
26	URBA	FIAT Siena Hlx 1.8	JSY-5301	9BD17241TA3545739	2009/2010	Preta	Flex	
27	URBA	GM Blazer Colina 2.4	NTF-3410	9BG116HFOAC429779	2009/2010	Branca	Flex	
28	URBA	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	NTF-5583	9BG116JJOAC434631	2009/2010	Branca	Diesel	
29	URBA	FIAT Palio Week.Trek.1.8	NTL-7116	9BD17350TA4315389	2009/2010	Branca	Flex	
			NTI -					

30	URBA	FIAT Palio Week.Trek.1.8	NTL-2850	9BD17350TA4316295	2009/2010	Branca	Flex	
31	URBA	FIAT Palio Week.Trek.1.8	NTL-6584	9BD17350TA4316298	2009/2010	Branca	Flex	
32	URBA	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-3661	93YADCUL6BJ521835	2010/2011	Branca	Diesel	
33	URBA	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-6112	9BG148TA0JC446894	2018/2018	Branca	Flex	
34	URCE	SCÂNIA K112 33S	BRN-3512	9BSKC4X2B03453719	1985/1985	Prata	Diesel	
35	URCE	FIAT Siena HLX 1.8	NUO-4991	9BD17241TA3545930	2009/2010	Preta	Flex	
36	URCE	GM Blazer Colina 2.4	NUQ-1931	9BG116HFOAC429606	2009/2010	Branca	Flex	
37	URCE	GM Blazer Colina 2.4	NUQ-2671	9BG116HFOAC429874	2009/2010	Branca	Flex	
38	URCE	GM Blazer Colina 2.4	NUQ-2331	9BG116HFOAC429086	2009/2010	Branca	Flex	
39	URCE	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	NUQ-2221	9BG116JJOAC413960	2009/2010	Branca	Diesel	
40	URCE	Nissan Frontier 4X4 SE	LWC-9529	94DCMUD224J529200	2004/2004	Branca	Diesel	
41	URCE	FIAT Palio Weekend ELX 1.4 4 P	DJP-1867	9BD17301A74189410	2006/2007	Branca	Álcool	
42	URCE	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8500	9BG148TA0JC403775	2018/2018	Branca	Flex	
43	URMA	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3481	3N1BB7AD9FY206772	2015/2015	Branca	Flex	
44	URMA	FIAT Siena HLX 1.8	NMY-6563	9BD17241TA3545726	2009/2010	Preta	Flex	
45	URMA	GM Blazer 2.8 Colina	NMP-5351	9BG116JJ09C437524	2008/2009	Branca	Diesel	
46	URMA	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	NMZ-2732	9BG116JJOAC414609	2009/2010	Branca	Diesel	
47	URMA	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	NNA-5615	9BG116JJOAC439141	2009/2010	Branca	Diesel	
48	URMA	GM Blazer Colina 2.4	NMZ-1986	9BG116HFOAC428661	2009/2010	Branca	Flex	
49	URMA	FIAT Palio Week.Trek.1.8	NNB-8366	9BD17350TA4316310	2009/2010	Branca	Flex	
50	URMA	FIAT Palio Week.Trek.1.8	NNC-0621	9BD17350TA4316322	2009/2010	Branca	Flex	
51	URMA	FIAT Palio Week.Trek.1.8	NNB-8336	9BD17350TA4315378	2009/2010	Branca	Flex	
52	URMA	SCÂNIA K112 CL	CGR-0411	9BSKC4X2BH3455944	1987/1987	Azul	Diesel	
53	URMA	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8501	9BG148TA0JC402276	2018/2018	Branca	Flex	
54	URMA	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-8721	93YADCUL6BJ521972	2010/2011	Branca	Diesel	
55	URMG	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3692	3N1BB7AD6FY206888	2015/2015	Branca	Flex	
56	URMG	NISSAN Frontier 4X4 XE	JGH-5851	94DCMUD225J631056	2005/2005	Branca	Diesel	
57	URMG	VW Parati 1.6 MI City 4 P	HBS-1799	9BWDB05X447056129	2003/2004	Branca	Flex	
58	URMG	FIAT Palio Weekend ELX 1.4 4 P	GMF-4925	9BD17301A74189311	2006/2007	Branca	Flex	
59	URMG	GM Blazer 4x2 Advantage	GMF-5003	9BG116GX07C409180	2006/2007	Branca	Gasolina	
60	URMG	GM Blazer 2.8 Colina	HKO-7650	9BG116JJ09C437315	2009/2009	Branca	Diesel	
61	URMG	GM Blazer 2.8 Colina	HKO-7490	9BG116JJ09C437158	2009/2009	Branca	Diesel	
62	URMG	GM Blazer Colina 2.4	GMF-6236	9BG116HFOAC429763	2009/2010	Branca	Flex	
			GMF-					

63	URMG	GM Blazer Colina 2.4	GMF-6238	9BG116HFOAC429165	2009/2010	Branca	Flex	
64	URMG	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	GMF-6237	9BG116JJOAC414346	2009/2010	Branca	Diesel	
65	URMG	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	GMF-6261	9BG116JJOAC438994	2009/2010	Branca	Diesel	
66	URMG	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	GMF-6265	9BG116JJOAC439281	2009/2010	Branca	Diesel	
67	URMG	FIAT Palio Week.Trek.1.8	GMF-6350	9BD17350TA4316741	2010/2010	Branca	Flex	
68	URMG	FIAT Palio Week.Trek.1.8	GMF-6343	9BD17350TA4316324	2010/2010	Branca	Flex	
69	URMG	FIAT Palio Week.Trek.1.8	GMF-6344	9BD17350TA4316288	2010/2010	Branca	Flex	
70	URMG	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-8731	93YADCUL6BJ522743	2010/2011	Branca	Diesel	
71	URMG	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8493	9BG148TA0JC401652	2018/2018	Branca	Flex	
72	URMG	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8494	9BG148TA0JC402239	2018/2018	Branca	Flex	
73	URMG	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8502	9BG148TA0JC403092	2018/2018	Branca	Flex	
74	URPE	GM Astra Sedan Advantage 2.0	JJE-0697	9BGTR69W07B194310	2006/2007	Preta	Flex	
75	URPE	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3691	3N1BB7AD7FY206804	2015/2015	Branca	Flex	
76	URPE	FIAT Palio Weekend ELX 1.4 4 P	JKH-8443	9BD17301A74189327	2006/2007	Branca	Álcool	
77	URPE	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	NUQ-4161	9BG116JJOAC413988	2009/2010	Branca	Diesel	
78	URPE	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	NQQ-0224	9BG116JJ09C437534	2008/2009	Branca	Diesel	
79	URPE	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8503	9BG148TA0JC402102	2018/2018	Branca	Flex	
80	URRJ	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3482	3N1BB7AD0FY207180	2015/2015	Branca	Flex	
81	URRJ	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3688	3N1BB7AD8FY206844	2015/2015	Branca	Flex	
82	URRJ	MITSUBISHI L200 Triton HLS	PAF-3474	93XFNKA5TFCF10876	2015/2015	Branca	Flex	
83	URRJ	RENAULT Mégane Expression 2.0	JHN-8073	93YLM2N169J168531	2009/2009	Preta	Gasolina	
84	URRJ	FIAT Siena HLX 1.8	LLA-7128	9BD17241TA3546083	2009/2010	Preta	Flex	
85	URRJ	VW Parati 1.6 MI GIII 4 P	LQH-0142	9BWDB05X34T055960	2003/2004	Branca	Álcool	
86	URRJ	VW Santana 1.8 MI N.Série 4P	LQJ-0214	9BWQC03X24P002128	2003/2004	Preta	Álcool	
87	URRJ	VW Parati 1.6 MI GIII 4 P	LOX-9391	9BWDB05XX4T056202	2003/2004	Branca	Álcool	
88	URRJ	VW Parati 1.6 MI GIII 4 P	LRK-0122	9BWDB05X84T056084	2003/2004	Branca	Álcool	
89	URRJ	GM Blazer Colina 2.4	KYJ-4591	9BG116HFOAC429149	2009/2010	Branca	Flex	
90	URRJ	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	KYK-4804	9BG116JJOAC434736	2009/2010	Branca	Diesel	
91	URRJ	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	KYJ-4590	9BG116JJOAC434715	2009/2010	Branca	Diesel	
92	URRJ	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	KZP-3680	9BG116JJOAC439333	2009/2010	Branca	Diesel	
93	URRJ	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	KVF-5954	9BG116JJOAC439219	2009/2010	Branca	Diesel	
94	URRJ	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	GMF-6264	9BG116JJOAC439461	2009/2010	Branca	Diesel	
95	URRJ	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-8711	93YADCUL6BJ522793	2010/2011	Branca	Diesel	
96	URRJ	FIAT Palio Weekend ELX 1.3	HCO-	9BD17301B54136107	2005/2005	Branca	Flex	

96	URRJ	4 P	9055	9BD17350TA4312682	2009/2010	Branca	Flex	
97	URRJ	FIAT Palio Week.Trek.1.8	KWY-2880	9BD17350TA4312682	2009/2010	Branca	Flex	
98	URRJ	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8490	9BG148TA0JC401905	2018/2018	Branca	Flex	
99	URRJ	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8491	9BG148TA0JC402728	2018/2018	Branca	Flex	
100	URRJ	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8492	9BG148TA0JC402700	2018/2018	Branca	Flex	
101	URRS	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3693	3N1BB7AD5FY206915	2015/2015	Branca	Flex	
102	URRS	MITSUBISHI L200 Triton HLS	PAF-3478	93XFNKA5TFCF10869	2015/2015	Branca	Flex	
103	URRS	FIAT Siena HLX 1.8	IQN-0996	9BD17241TA3545734	2009/2010	Preta	Flex	
104	URRS	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-3681	93YADCUL6BJ522768	2010/2011	Branca	Diesel	
105	URRS	GM Blazer Colina 2.4	IQO-0188	9BG116JJOAC429291	2009/2010	Branca	Flex	
106	URRS	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	IQO-0135	9BG116JJOAC437397	2009/2010	Branca	Diesel	
107	URRS	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	IQO-0192	9BG116JJOAC436863	2009/2010	Branca	Diesel	
108	URRS	FIAT Palio Week.Trek.1.8	IQT-8982	9BD17350TA4315381	2009/2010	Branca	Flex	
109	URRS	PEUGEOT 207 Passion XS	AVY-1056	9362NN6AYDB013765	2012/2013	Prata	Flex	
110	URRS	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8497	9BG148TA0JC404470	2018/2018	Branca	Flex	
111	URRS	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8498	9BG148TA0JC403612	2018/2018	Branca	Flex	
112	URRS	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-1639	9BG148TA0JC449345	2018/2018	Branca	Flex	
113	URSC	FIAT Palio Weekend ELX 1.3 4 P	IMJ-8553	9BD17301B54136191	2005/2005	Branca	Álcool	
114	URSC	FIAT Palio Weekend ELX 1.4 4 P	INI-8457	9BD17301A74189278	2006/2007	Branca	Álcool	
115	URSC	GM Blazer 2.8 Colina	IPS-3294	9BG116JJO9C437118	2008/2009	Branca	Diesel	
116	URSC	GM Blazer Colina 2.4	IQO-0178	9BG116JJOAC429181	2009/2010	Branca	Flex	
117	URSC	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	IQO-0151	9BG116JJOAC438377	2009/2010	Branca	Diesel	
118	URSC	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	IQO-0166	9BG116JJOAC439296	2009/2010	Branca	Diesel	
119	URSC	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	IQO-0172	9BG116JJOAC438359	2009/2010	Branca	Diesel	
120	URSC	FIAT Palio Week.Trek.1.8	IQT-8970	9BD17350TA4315375	2009/2010	Branca	Flex	
121	URSC	FIAT Palio Week.Trek.1.8	IQT-8978	9BD17350TA4316284	2009/2010	Branca	Flex	
122	URSC	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-2881	93YADCUL6BJ522842	2010/2011	Branca	Diesel	
123	URSC	CHRYSLER Grand Cherokee Limited	MLF-2528	1J4GS48KX5C619209	2005/2005	Prata	Gasolina	
124	URSC	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8495	9BG148TA0JC402336	2018/2018	Branca	Flex	
125	URSC	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8496	9BG148TA0JC401790	2018/2018	Branca	Flex	
126	URSC	FIAT Palio Week.Trek.1.8	IQT-8973	9BD17350TA4315391	2009/2010	Branca	Flex	
127	URSC	FIAT Palio Week.Trek.1.8	IQT-8979	9BD17350TA4315379	2009/2010	Branca	Flex	
128	URSC	FIAT Palio Week.Trek.1.8	IQT-8980	9BD17350TA4317304	2009/2010	Branca	Flex	
129	URSC	FIAT Palio Week.Trek.1.8	IQT-	9BD17350TA4315376	2009/2010	Branca	Flex	

127	URSP	FIAT Palio Week.Trek.1.8	8981	9BD17350TA4315370	2007/2010	Branca	Flex	
130	URSP	GM Blazer 4x2 Advantage	NMZ-4795	9BG116HF0AC429449	2009/2010	Branca	Flex	
131	URSP	FIAT Palio Weekend ELX 1.4 4 P	INI-8451	9BD17301A74189345	2006/2007	Branca	Álcool	
132	URSP	FIAT Palio Weekend ELX 1.4 4 P	INI-8465	9BD17301A74189350	2006/2007	Branca	Álcool	
133	URSP	GM Blazer 4x2 Advantage	INN-2286	9BG116GX07C408937	2006/2007	Branca	Gasolina	
134	URSP	FIAT Palio Week.Trek.1.8	IQT-8969	9BD17350TA4315373	2009/2010	Branca	Flex	
135	URSP	FIAT Palio Week.Trek.1.8	IQT-8974	9BD17350TA4315388	2009/2010	Branca	Flex	
136	URSP	FIAT Palio Week.Trek.1.8	IQT-8976	9BD17350TA4316285	2009/2010	Branca	Flex	
137	URSP	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3687	3N1BB7ADXFY206750	2015	Branca	Flex	
138	URSP	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3694	3N1BB7AD2FY206838	2015	Branca	Flex	
139	URSP	MITSUBISHI L200 Triton HLS	PAF-3475	93XFNKA5TFCF10884	2015	Branca	Flex	
140	URSP	FIAT Siena HLX 1.8	EEF-3912	9BD17241TA3545673	2009/2010	Preta	Flex	
141	URSP	FIAT Palio Weekend ELX 1.4 4 P	DJP-1864	9BD17301A74189413	2006/2007	Branca	Álcool	
142	URSP	FIAT Palio Weekend ELX 1.4 4 P	DJP-1865	9BD17301A74189304	2006/2007	Branca	Álcool	
143	URSP	FIAT Palio Weekend ELX 1.4 4 P	DJP-1866	9BD17301A74189353	2006/2007	Branca	Álcool	
144	URSP	FIAT Palio Weekend ELX Flex	JFQ-5305	9BD17301B54131904	2005/2005	Branca	Flex	
145	URSP	FIAT Marea ELX	JKH-8241	9BD18523467068909	2006/2006	Preta	Gasolina	
146	URSP	GM Blazer 4x2 Advantage	DJP-4734	9BG116GX07C408841	2006/2007	Branca	Gasolina	
147	URSP	GM Blazer 2.8 Colina	EEF-2304	9BG116JJ09C436943	2008/2009	Branca	Diesel	
148	URSP	GM Blazer 2.8 Colina	EEF-2305	9BG116JJ09C436774	2008/2009	Branca	Diesel	
149	URSP	GM S-10 2.4 D	DMB-7299	9BG138AX04C409402	2003/2004	Branca	Gasolina	
150	URSP	GM Blazer Colina 2.4	DJL-1600	9BG116HFOAC429055	2009/2010	Branca	Flex	
151	URSP	GM Blazer Colina 2.4	DJL-1595	9BG116HFOAC429889	2009/2010	Branca	Flex	
152	URSP	GM Blazer Colina 2.4	DJL-1596	9BG116HFOAC429401	2009/2010	Branca	Flex	
153	URSP	GM Blazer Colina 2.4	DJL-1599	9BG116HFOAC429307	2009/2010	Branca	Flex	
154	URSP	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	DJL-1601	9BG116JJOAC435436	2009/2010	Branca	Diesel	
155	URSP	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	DJL-1598	9BG116JJOAC436087	2009/2010	Branca	Diesel	
156	URSP	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	DJL-1597	9BG116JJOAC437355	2009/2010	Branca	Diesel	
157	URSP	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	DJL-1594	9BG116JJOAC437028	2009/2010	Branca	Diesel	
158	URSP	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	DJL-1603	9BG116JJOAC436986	2009/2010	Branca	Diesel	
159	URSP	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	DJL-1602	9BG116JJOAC437253	2009/2010	Branca	Diesel	
160	URSP	MITSUBISHI L200 4x4 GLS	DMN-1138	93XHNNK3406C643134	2006/2006	Preta	Diesel	
161	URSP	FIAT Palio Week.Trek.1.8	DJL-4347	9BD17350TA4315354	2009/2010	Branca	Flex	
162	URSP	FIAT Palio Week.Trek.1.8	DJL-	9BD17350TA4315355	2009/2010	Branca	Flex	

162	URSP	FIAT Palio Week.Trek.1.8	4339	9BD17350TA4315355	2009/2010	Branca	Flex	
163	URSP	FIAT Palio Week.Trek.1.8	DJL-4342	9BD17350TA4315357	2009/2010	Branca	Flex	
164	URSP	FIAT Palio Week.Trek.1.8	DJL-4349	9BD17350TA4315358	2009/2010	Branca	Flex	
165	URSP	FIAT Palio Week.Trek.1.8	DJL-4344	9BD17350TA4315360	2009/2010	Branca	Flex	
166	URSP	FIAT Palio Week.Trek.1.8	DJL-4348	9BD17350TA4315366	2009/2010	Branca	Flex	
167	URSP	FIAT Palio Week.Trek.1.8	DJL-4341	9BD17350TA4315372	2009/2010	Branca	Flex	
168	URSP	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-8001	93YADCUL6BJ521892	2010/2011	Branca	Diesel	
169	URSP	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-8011	93YADCUL6BJ521866	2010/2011	Branca	Diesel	
170	URSP	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-6113	9BG148TA0JC448232	2018/2018	Branca	Flex	
171	URSP	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-6114	9BG148TA0JC448332	2018/2018	Branca	Flex	
172	URSP	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-6115	9BG148TA0JC449023	2018/2018	Branca	Flex	
173	URSP	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8499	9BG148TA0JC404003	2018/2018	Branca	Flex	
<b>VALOR GLOBAL DA PROPOSTA R\$ .....(.....)</b>								

### ANEXO III

#### REGULAMENTO PARA APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO NO ÂMBITO DA ANTT

Art. 1º A sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar com a União, prevista no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 2005, será aplicada ao adjudicatário ou contratado, no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, de acordo com os seguintes limites temporais:

I - de três a seis meses, no caso de ensejar o retardamento da execução do objeto por até quinze dias;

II - de seis meses a um ano, nos casos de:

- a) ensejar o retardamento da execução do objeto por mais de quinze dias; e
- b) falhar na execução do contrato;

III - de um a três anos, nos casos de:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade;
- b) deixar de entregar documentação exigida no edital;
- c) ensejar o retardamento da execução do objeto por mais de trinta e um dias; e
- d) não mantiver a proposta; e

IV - de três a cinco anos, no caso de:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) fraudar na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo;
- d) fizer declaração falsa; e
- e) cometer fraude fiscal.

§ 1º A fixação da pena levará em consideração as circunstâncias de cada caso concreto, tais como a reprovabilidade do comportamento a ser punido, a culpabilidade do adjudicatário ou contratado e o prejuízo causado aos serviços a cargo da ANTT.

§ 2º A penalidade prevista neste artigo será aplicada sem prejuízo das multas previstas em edital, e das demais cominações legais.

§ 3º O atraso superior a trinta e um dias caracteriza a inexecução total do contrato e enseja sua

rescisão.

§ 4º O adjudicatário ou contratado que for punido na forma deste artigo será descredenciado do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF pelo mesmo período da sanção aplicada.

Art. 2º A aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a União, prevista neste Regulamento, será apurada em procedimento administrativo próprio com observância do contraditório e da ampla defesa.

Art. 3º A defesa do interessado será juntada ao processo para análise prévia da Superintendência de Administração e Recursos Humanos e, caso haja alguma questão jurídica a ser dirimida, será encaminhada à Procuradoria-Geral desta Agência, antes da remessa à Diretoria para deliberação.

§ 1º Concluindo pela aplicação da penalidade, a Diretoria procederá à remessa dos autos à Superintendência de Administração e Recursos Humanos para as providências relativas à notificação da empresa e solicitação para inclusão da penalidade nos registros cadastrais a que se refere o Decreto nº 5.450, de 2005.

§ 2º Da aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a União caberá Pedido de Reconsideração, que poderá ser interposto no Protocolo Geral da ANTT, no prazo de dez dias, a contar de sua notificação.

Art. 4º O presente Regulamento deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, todos editais de pregão eletrônico e presencial.

Regulamento aprovado pela Deliberação nº 253, de 02/08/2006, publicada no D.O.U Seção I pg 72/73, de 09/08/2006.